

PREÂMBULO

NOVA POSTURA CIDADÃ

Uma era de conflitos, choques, espantos. Problemas que afloram, aos montes, a toda hora; inquietantes, desafiadores, desalentadores. Convulsões sociais, existenciais, morais. Corrupção à solta. Governos ineficientes, sem planejamento consistente e/ou projetos efetivos de gestão. Lideranças desencontradas, cujas falas, ações, opções não levam em conta os interesses coletivos, a qualidade e dignidade de vida dos cidadãos. Autoridades encasteladas nos altos órgãos e cargos, os mais acintosos privilégios, servindo-se a si próprias, às custas do suor coletivo, às margens da ética, da honorabilidade, humilhando e ridicularizando a sociedade. Impressionantes, de tirar o fôlego, o desprezo com que agem, vazam sua prepotência, a mais doentia arrogância.

Haverá alguma solução, alguma luz no túnel, em especial para nós, pobres mortais, esquecidos contribuintes interioranos e moradores de centros maiores? O que podemos, dentro de nossas limitações, fazer? Alguns pontos necessitam, porém, ser minimamente observados:

I – Mudança de cultura, de mentalidade. A reflexão, a consciência de quem somos, onde habitamos, em que solo pisamos, o sentido de nossa presença, a contribuição de que cada um – e todos – podemos emprestar ao planeta, ao local onde vivemos

II – O respeito ao indivíduo, o fortalecimento do humanismo, dos laços sociais, a valorização de nossa cultura e tradições, de forma a termos um desenvolvimento saudável, sustentável; trabalhar-se, por outro lado e concomitantemente, as causas da violência, da exclusão, corrupção, malversações de qualquer natureza.

III – O ponto de partida é a cidade e extensivamente o município. Como melhorar a sua gestão, seus processos de urbanização, o fortalecimento do campo, a definição de prioridades; o combate à burocracia, à ineficiência, incompetência, o desperdício, o mandonismo, a burocracia; a correta utilização de recursos, a conscientização e responsabilização de todos os agentes sociais. São desafios – e dos mais complexos – para governantes, gestores e cidadãos. Saúde, educação, saneamento, segurança pública, habilitação, produção, comercialização, cultura, meio ambiente, inovação.

IV – Termos em mente que a destruição da natureza, o desaparecimento das tradições e valores locais e regionais, empobrecem-nos a todos. A paranoia do desenvolvimento a qualquer custo chega a ser criminosa. São nascentes, fontes naturais que secam, sem nenhum trabalho governamental e mesmo individual para sua preservação; matas ciliares, que pela lei, devem ser preservadas e recuperadas; infância fragilizada, juventude desorientada sem projetos de atenção plena; população subempregada e em muitos lugares, com trabalho informal; queimadas, lixões; casas históricas derrubadas; não apoio às manifestações culturais, folclóricas.

Somos responsáveis, convocados às boas práticas, à criatividade, à participação, a toda forma de iniciativas em prol do bem comum, do múnus coletivo. Precisamos de bons líderes, bons cidadãos, permitindo-nos construir novos cenários sociais, políticos, econômicos, espirituais. Nosso País é especialmente pródigo em recursos naturais e humanos, povo de índole trabalhadora, operosa, carente, porém, de espaço e maiores condições de afirmação e realizações. Basta darmos correta utilização aos recursos disponíveis e potenciais e ainda questionarmos privilégios ideológicos, políticos, titulações de postos, as legislações imorais e internas, os corruptos e tantos outros que sugam as energias coletivas, os direitos da cidadania, espoliando-se, em especial, as classes pobres, socialmente fragilizadas.

Temos que rever o conceito de que o planeta (natureza) é apenas espaço, matéria, fonte de lucros, algo para ser predado, abusado indefinidamente. Ai estão as consequências de séculos de violação ambiental: estiagens, poluição, aquecimento global, trazendo, por conseguinte, dramas sociais, humanos, econômicos, misérrimas, ameaça à própria vida planetária. Opção por escolhas ecológicas seguras, simples, qualidade integral de vida, culinária saudável, o uso de produtos naturais que não agredam o corpo nem o ambiente.

Pessoas, empresas há – e ai estão nos noticiários da TV, aos nossos olhos, na nossa vizinhança, em todas as classes e lugares – cujas atitudes desrespeitosas, mesquinhas, gananciosas, de uma voracidade e insensibilidade assustam. Lucros, posses, acúmulos de bens, sem a mínima preocupação moral, espiritual, ambiental. Contraventores, corruptos, poluidores, sonegadores, falsários, produtores e traficantes de armas, drogas... Precisamos exercer nossas doses de inconformismo, re-negarmos toda forma de opressão, carregando nossos sonhos e suspiros por uma nova sociedade plenamente possível – integrada, proativa, colaborativa, indutora do empreendedorismo econômico, da potencialidade cultural e da sustentabilidade ambiental.

Acesse o Boletim online no site www.credivertentes.com.br

AO PÉ DA FOGUEIRA

O CABANA

Os colegas de batente - oito diário, duro ali na movimentada fazenda, com seus cafezais, lavouras de cereais, gado leiteiro e de corte – passaram a observar que, à hora do almoço (rango, como diziam), ele se distanciava dos demais. Abria o bernal dependurado no caibro do barracão, sacolejava talheres, apossava-se da marmitta e retirava-se, desfilando o corpo frágil, esguio, inconsútil quase, para o mais longe possível, à beira do regato, sob a frondosa maçaranduba, fora da vista dos demais trabalhadores. Se alguém se aproximava para fazer-lhe companhia, levantava-se célere, alongando os passos para mais adiante. E só retornava ao convívio do grupo, após todos terminarem o repasto. E a turma ali, seja pelo atrativo cheiro, seja pelo teor das marmittas, comia muito bem. Questão apenas de observar, inalar, deglutir à farta. As esposas e companheiras, sem dúvida, caprichavam no cardápio: bifés suculentos, omeletes das grandes, arroz, feijão, macarronada com molho de tomate, farofa, farta salada...

Afinal, a estabilidade da moeda, a “subida” substancial do salário mínimo, outros reforços do governo, como o bolsa família, permitiram igualmente melhorias nas condições de vida da população, dentre elas renda, alimentação. E muitos daqueles homens ali tinham lá suas próprias chácaras ou roças de meia, junto a fazendeiros locais, gerando consideráveis safras de feijão, milho, verduras, com que reforçavam a despesa.

Conhecido, amigo de todos; quando, porém, a palavra lhe era dirigida, se alimentara bem ou, ainda, se lhe faziam brincadeiras de que almoçava longe dos demais, a fim de esconder, não reparar o manjar ou pratos suculentos, respondia por monossilabos, um sorriso lacônico, periférico, como a reforçar a fronteira que buscava manter junto aos demais companheiros. Um enigma o Cabana, como era conhecido por todos. Algo errado ocorria ali, aos olhos de todos, era um consenso entre a turma.

Decidiram, então, os colegas: enquanto estavam no cabo da foice, roçando entremeio às leiras de café, um deles se esquivaria, retornando ao cômodo onde guardavam os pertences e daria uma “espiada” no bernal do Cabana. Missão cumprida: surpresa, constrangimentos. A marmitta, tão logo destampada, estava praticamente vazia! Apenas um torresmo frio ao fundo. Descobriram assim os companheiros que, ao sair da roda, homiziando-se longe, era para fingir que estava almoçando. Na verdade, almoçando vento...

Sabia-se que era casado, chefe de numerosa família, quase todos maiores e residentes em outras cidades. Observavam todos ainda que Cabana trajava-se precariamente, roupas geralmente encardidas, com buracos e que poderiam estar perfeitamente remendadas ou com indumentária nova... Como explicar, se o patrão pagava corretamente a todo final de semana?!

Ante o fato, os colegas deliberaram, em consenso, que a cada dia, em rodizio, um deles traria uma marmitta a mais, com a desculpa de ser “de reserva”, que “a patroa, por equivoco, fizera duas marmittas” e entregue, dessa forma, ao colega em dificuldades. Foram providenciadas, ademais, com a ajuda das esposas dos companheiros, roupas e apoio à família. Passado algum tempo, algumas semanas, Cabana, levado pelos filhos (assim correu o assunto), ou quem sabe, constrangido, buscou outros horizontes, mudando-se inopinadamente da região...



ADIVINHAS

Resposta da adivinha da edição anterior sobre Palas Atena:
A estátua continha 40 talentos de ouro.

A soma das quatro frações é igual a:

$$\frac{1}{2} + \frac{1}{8} + \frac{1}{10} + \frac{1}{20} = 20 + 5 + 4 + 2 = 31/40$$

Portanto, o resto é 9/40. Como para isso são necessários nove talentos, o total deve ter sido 40 talentos.

O PROBLEMA DE EUCLIDES:

Diz a lenda que o grande matemático Euclides compôs o seguinte problema: Uma mula e um burro estavam cambaleando pela estrada, cada qual carregando vários sacos pesados idênticos. O burro começou a reclamar soltando terríveis grunhidos, até que a mula se encheu: – De que você está reclamando? Se me der um saco vou carregar o dobro de sacos que você! E se eu lhe der um saco carregaremos a mesma carga. Quantos sacos o burro e a mula carregavam?

Obs.: Resposta na próxima edição.

Provérbios e Adágios

- “Quando a última árvore for derrubada, o último peixe for morto e o último rio for poluído é que o homem perceberá que não pode comer dinheiro”. Provérbio indígena
- “A agulha veste os outros e vive nua.”
- “A bom entendedor, meia palavra basta.”
- “Não se pode, ao mesmo tempo, bater no sino e carregar o andor”.

Para refletir:

- Até cortar os próprios defeitos pode ser perigoso. Nunca se sabe qual é o defeito que sustenta o nosso edifício interno (Clarice Lispector)
- Quando você tem uma meta, o que era obstáculo passa a ser uma etapa de seu plano (Gerhard Erich Boehme)
- Morrem jovens os que os deuses amam (Menandro)
- O amor não tem pressa, ele pode esperar / num fundo de armário / na posta restante / milênios quiçá (Chico Buarque – canção “Futuros amantes”)
- Se você não sabe qual é a sua missão na vida, já tem uma: encontrá-la (Viktor Frankl)

EXPEDIENTE

QUEM SOMOS:

O boletim é uma iniciativa independente, voluntária, necessitando de apoio de todos os São-Tiaguenses, amigos de São Tiago e pessoas comprometidas com o processo e desenvolvimento de nossa região. Contribua conosco, pois somos a soma de todos os esforços e estamos contando com o seu.

Comissão/Redação: Adriana de Paula Sampaio Martins, Elisa Cibele Coelho, João Pinto de Oliveira, Paulo Melo.

Coordenação: Ana Clara de Paula

Revisão: Heloísa Helena V. Reis Oliveira.

Colaboração: Marcus Antônio Santiago; Instituto hist. Geográfico de São Tiago.

Apoio: Patrícia Dayany Carvalho

E-mail: credivertentes@sicoobcredivertentes.com.br

COMO FALAR CONOSCO:

BANCO DE DADOS CULTURAIS/INSTITUTO SÃO TIAGO APÓSTOLO

Rua São José, nº 461/A - Centro

São Tiago/MG - CEP: 36.350-000

Celular: (32) 9 9912-2254 (horário comercial)

Falar com Patrícia Dayany Carvalho

Realização:



Patrocínio:



Apoio Cultural:



NOTAS

CAROS AMIGOS DO GRUPO “FELIZ IDADE”

A minha presença aqui hoje tem, para mim, duas razões excepcionalmente revestidas de enorme alegria, que são: matar um pouco a saudade que sinto de todos vocês e a grata satisfação de poder apresentar-lhes os três acadêmicos de medicina que me acompanharam até aqui, e que, dentre eles, se encontra Isabela, minha dedicada e tão querida neta que, com as nossas felicitações termina no próximo ano seu Curso de Medicina.

Poucos minutos atrás, quando entrei neste salão, pude rememorar os anos pelos quais passei convivendo com vocês nessas reuniões das terças-feiras, como ocorre agora, e que foram, para mim, de grande aprendizado! Recebi de cada um de vocês por todo aquele tempo, uma demonstração de carinho e amizade, que jamais vou esquecer. Embora afastado do grupo por razões naturalmente impostas pela minha idade, não deixo de me interessar por tudo que se passa aqui, tamanho o vínculo que ainda me prende ao grupo!

Por tudo isso, caros companheiros de longas jornadas, um vez mais, reitero os meus agradecimentos pelo muito que aprendi com todos vocês, e passo a lhes desejar juntamente com todas as pessoas que lhes são caras, um Feliz Natal e Próspero Ano Novo!

Primavera de 2015!
Antônio Ribeiro Jackson



Grupo da Feliz Idade com os acadêmicos Guilherme, Isaac e Isabela

“Cumprimentamos e agradecemos o Revmº Pe. Robson Rosa Cardoso, irá transferido de nossa comunidade, pelo seu profícuo trabalho à frente da Paróquia São Tiago Maior e Santana, em particular por sua sempre especial receptividade e apoio aos temas históricos e culturais do município.

Ao Revmº. Pe. Sebastião Corrêa Neto, vigário recém-empossado nossos votos de boas vindas e de pleno sucesso em seu labor ministerial”.

Matemática esquisita essa...

Casara-se com mulher mais velha. Ele com 20, ela já nos quarenta. Tinha ele, em suma, a metade da idade da companheira. Disseram, à época: - Casou-se com a gata, por causa da prata.

Foi denguiçe, amor mesmo, pensava, muito embora, o patrimônio, o dote dela ajudasse – e bem – na escolha. Agora, está encucado. Confidência aos amigos:

- O que me incomoda agora, passado muitos anos de consórcio, que a gente vai tocando, é que me sinto tapeado, injustiçado. Não concordo com os números, de forma alguma. Vejam só: ela já com 60, eu agora com 40. Eu tinha que estar com 30, a metade da idade dela quando nos casamos...

E, sururu, mofino, finaliza: - Essa matemática só pode estar errada, vocês não acham?!

Reclamações

Sucedem-se frequentes reclamações contra a impontualidade de profissionais autônomos ou que exercem atividades diversificadas, em especial no atendimento domiciliar, dentre elas as mecânico-manuais (bombeiros, eletricitas, mecânicos, funileiros etc.). São poucos na cidade e talvez com o excesso de construções, da demanda de serviços (a cidade demonstra pujança econômica), não conseguem ajustar suas agendas e atenderem com presteza os pedidos da clientela. Há casos, porém, de desleixo...

Se um morador está com um problema sério, urgente (algo geralmente imprevisível, pode surgir a qualquer instante, a qualquer hora) em sua residência - curto circuito na rede elétrica, vazamento na rede hidráulica, defeito em algum maquinário, é contatado o profissional por várias vezes e este, embora se comprometendo, não aparece, não dá retorno ou satisfação, o que fazer?! Como interpretar tal atitude?

Outros começam o serviço, deixam-no inacabado e ficando o proprietário na mão.

A alegação de que “esqueci”, “estava com outros compromissos” é, em si, injustificável, para não dizer inaceitável. O profissional necessita organizar sua agenda, ter e manter atenção para com o seu cliente, dar-lhe suporte, demonstrar responsabilidade funcional, estar ciente da importância de seus serviços junto à comunidade. Obviamente, um dos culpados por essa situação (poucos profissionais) é o Poder Público que deveria desenvolver programas de capacitação de mão de obra em convênios com órgãos como o SENAI, SENAR etc. Com a modernização e automação progressiva do parque industrial local, como a instalação de fornos e caldeiras a diesel (e outras fontes térmicas), faz-se, igualmente, necessária a qualificação de profissionais do setor. Assunto que deveria merecer a atenção de instituições como a AssaBiscoito, cujos associados demandam tais modalidades de serviços, ministrando-se cursos nessa área.

Da mesma forma, profissionais como barbeiros, manicures, oficinas reparadoras de eletrodomésticos, com portas abertas e que atendem em horário livre (a critério do proprietário), o cliente defronta-se frequentemente com portas fechadas, em pleno horário comercial. Sequer há um aviso, uma satisfação. Exemplos: “Voltarei às x horas”, Estou viajando. Retomarei o atendimento dia y” etc. O cliente é relegado a plano inferior...

Cuidados com o MEIO AMBIENTE

A questão ambiental é tema cada vez mais presente no nosso dia a dia, de suma importância para toda a sociedade. As gerações de hoje e de amanhã dependem/dependerão, substancialmente, de boa qualidade ambiental para a sua sobrevivência, tornando-se imprescindível a prática de saudáveis técnicas de conservação, preservação dos ecossistemas, de permanente educação/conscientização ecológica, desde a infância.

O respeito à natureza e ao meio ambiente deve ser uma constante em todos os nossos atos, assimilado(s) desde o nosso nascimento, e assim propugnado pela sociedade, divulgado em todas as instituições. A fauna terrestre e aquática, com todos os seus ninhos, tocas, criadouros naturais são propriedade da Nação, não podendo os animais – salvo autorização superior - serem capturados, caçados, comercializados, transportados para fora de seu habitat. Árvores e florestas merecem igual, total proteção, dada a sua importância no controle do clima, proteção do solo, conservação da água, composição das nascentes, abrigo dos animais silvestres. São ainda fornecedoras basilares, fundamentais de alimentos, remédios, combustíveis à população humana, tornando-se indissociáveis o vínculo e a dependência do homem à floresta.

CULTURA Interesse de todos

O Ministério da Cultura-MinC perdeu cerca de 33% dos recursos orçamentários da União para o exercício de 2015. É o que informam os jornais e o próprio portal do Governo Federal. Dos R\$ 1, 40 bi inicialmente projetados, caiu para cerca de R\$ 920 milhões. Todos os ministérios, alguns de forma drástica, tiveram suas dotações reduzidas. E há projeções de mais cortes. O porquê disso? Roubalheiras, descontrole fiscal, falcaturas, desastres administrativos, incompetências, que levaram o Governo a cortar, a reduzir recursos em todos os níveis, inclusive educação, saúde, cultura.

O papel da cultura é intrínseca, indiscutivelmente social. Ela é composta, em resumo, pelas mais diversas práticas, ritos, expressões estéticas, sociais e intelectivas de um povo e que catalisam a procura do ser humano pelo conhecimento, sua ação e interação com o mundo. São as formas de arte e saber – música, literatura, teatro, artes plásticas, dança, folclore, tradições, costumes – o somatório, enfim, das forças vivas, dos símbolos, expressões e manifestações de uma sociedade.

A cultura é um bem coletivo, um direito de todo cidadão e dever do Estado proporcionar os meios de acesso a todas as fontes culturais. Eis o que rezam as Constituições Federal e Estadual e as Leis Orgânicas Municipais. Da mesma forma, a educação, a saúde, o saneamento, a segurança etc. O que vemos, contudo? O desrespeito em regra para com o cidadão contribuinte.

Os privilegiados dos altos escalões do Poder Público se defendem. Auxílio moradia, auxílio transporte, verbas indenizatórias, cartões corporativos, auxílio educação, os melhores planos de saúde às custas do contribuinte. Usufruem de todas as benesses culturais, pagas pela Nação. O que sobra para o povo, em especial para as populações de menor renda ou que habitam os rincões mais distantes? Afinal o povo é apenas um detalhe, disse poderosa personagem do Governo Collor, à época do confisco do dinheiro, quando pessoas, com suas economias retidas, em desespero se enfartaram, havendo casos de suicídios. E continuamos sendo ou melhor nos deixamos ser “apenas um detalhe”...

Somos um País de riquíssimas tradições artísticas. Um povo muito acima de seus governantes. Há que se ter um empenho, uma conscientização de todos, incluindo as empresas e sociedade no sentido de democratização do acesso do cidadão à cultura, às atrações cênicas, musicais, literárias, teatro, ópera, cinema, circo, em particular para as pequenas cidades, bem como apoio aos artistas e instituições produtoras de arte e cultura. Dever, portanto, do Estado, empresários, cidadão comum, desenvolvendo-se projetos, uma agenda pública e coletiva que abra espaços para a disseminação da cultura junto à população.

Nos pequenos municípios e comunidades, onde a sensibilidade de muitos administradores, via de regra, é limitada, quando não obtusa, as instituições sociais, educacionais, empresas, Câmara Municipal devem cobrar iniciativas da Municipalidade, fiscalizando e inclusive questionando eventuais ações discriminatórias contra entidades legitimamente constituídas, atuantes, só porque não rezam na cartilha de governantes. E maior atenção, senão responsabilização àqueles que levam municípios e comunidades a perderem quotas de participação em ICMS Cultural, Turístico, Ambiental etc. Todos pagamos impostos e não pode se permitir a indiferença ou omissão para com as ações e manifestações culturais da comunidade.

Revoltas Negras e Quilombos na Província de Minas

Minas viu-se tumultuada, no período colonial e mesmo ao longo do Império, por várias revoltas negras, manifestações violentas promovidas por africanos e crioulos como forma de resistência ao escravagismo e ao sistema político-social vigente. Tais sedições, embora energeticamente reprimidas, levaram pânico aos senhores brancos e administradores coloniais. Demonstravam as rebeliões, por sua vez, já certo nível de consciência política e de organização e o claro recado às autoridades de que os ajuntamentos, em especial nos núcleos urbanos que se consolidavam, estimulavam ideias de liberdade e que poderiam aflorar a qualquer momento.

Merecem referência, a grosso modo, as seguintes sublevações promovidas na Província:

1711 – A dos negros Nina em Vila do Ribeirão do Carmo (Mariana)

1719 – Revolta da Quinta-Feira das Endoenças – sublevação geral planejada por africanos das nações Angola e Nina, nas Comarcas do Rio das Mortes, de Vila Rica e outros termos e reprimida duramente antes da consumação pelos governadores Conde de Assumar e D. Pedro de Almeida. Os sediciosos planejavam simultaneamente tomar as igrejas quando ali estivessem os senhores e famílias participando das festividades canônicas, matando-os, enquanto outros bandos devidamente organizados, tomavam as fazendas, apoderando-se de bens e armas. Os revoltosos tinham já um governo nomeado, composto por Rei, príncipes e oficiais militares de várias patentes.

1735 – Revolta de Catas Altas, Comarca de Vila Rica, com a morte de vários brancos

1776 – Levante escravo, no governo de D. Antônio de Noronha, planejado para o Dia do Espírito Santo.

Os historiadores afirmam que o insucesso das rebeliões escravas em Minas deveu-se, em grande monta, às diferenças étnicas entre as várias nações negras e às rivalidades entre seus líderes. Outros motivos para o seu fracasso foram a sua condição ou foco urbano, o que facilitava a repressão; as drásticas medidas tomadas pelas autoridades coloniais, incluindo o extermínio de suas lideranças, o fortalecimento do poder administrativo e judiciário, o considerável número de irmandades, a contínua chegada de escravos à Província etc.

Minas, aliás, possuía um grande contingente de escravos (1716 – 27.909; 1719 – 31.500; 1738 – 101.600) que, aliados a mulatos oriundos da miscigenação racial, a livres ou libertos (esses, em sua maioria, pobres, sem ocupação definida ou simplesmente ociosos, desqualificados, excluídos social e economicamente) gerando permanente inquietação entre a população branca e autoridades.

Outro fator era a cumplicidade, a proteção concedida por muitos proprietários e até mesmo membros do aparato administrativo colonial, que não mediam esforços e confrontos em defesa de seus escravos eventualmente levados às barras da justiça. Defendiam-nos, quando não os escondiam, forneciam-lhes armas e recursos de sobrevivência. Tornava-se assim alto, oneroso o custo social, econômico, político e militar da Metrópole para manter o controle da agitada e indócil Capitania.

Quanto aos quilombos surgidos na Província das Minas, trata-se de assunto complexo, tal qual o das sedições negras. Os historiadores mencionam os seguintes quilombos, todos devidamente destruídos pelo governo colonial.

1716 – Brumado

1721 – Santa Bárbara

1759 – Ibituruna

1768 – Pedra Menina

1731 – Tejuco

1736 – Baependi

1746 – Pai Ambrósio

1752 – Demarcação Diamantina

1772 – Mariana

1778 – Rio do Sono

1786 – Rio Pomba

1796 – Itaverava

IMAGEM INTERNETE/DIVULGAÇÃO



A revolta de CARRANCAS

Em 13 de Maio de 1833, viria a ocorrer uma violenta rebelião de escravos em terras pertencentes aos atuais municípios de São Tomé das Letras, Cruzília e adjacências, então freguesia de Carrancas, Comarca do Rio das Mortes, em propriedades da família Junqueira, evento que passou à história como “A revolta de Carrancas”.

Liderados pelo escravo Ventura Mina e outros amotinados, no princípio em torno de 30, assassinaram inicialmente a Gabriel Francisco de Andrade Junqueira, emboscado e morto a pauladas, quando vistoriava as lavouras da família na Fazenda Campo Grande. Era ele filho do Deputado Gabriel Francisco Junqueira, do Partido Liberal, que, no momento, achava-se a serviço parlamentar na Corte. Previamente combinados, a estratégia entre os rebeldes era ocupar a fazenda, matando indistintamente todos os brancos, apossar-se de seus bens, insuflando, para tal, os demais escravos.

Os sediciosos, a seguir, atacaram vários outros membros da família Junqueira na Fazenda Bela Cruz, a saber: o proprietário José Francisco Junqueira (irmão do Dep. Gabriel Junqueira), sua mulher Antônia Maria de Jesus; Manoel José da Costa e sua mulher Emília Francisca Junqueira e seus dois filhos José, de cinco anos e Maria, de 4 anos; Ana Cândida da Costa, viúva de Francisco José Junqueira e a menina Antônia, de 4 anos, todos trucidados a machadadas, facadas e ainda a tiros. Em seguida, no caminho, para a Fazenda Bom Jardim, assassinaram outro branco, Francisco da Costa. Ao chegarem à sede da fazenda, de propriedade de João Cândido da Costa Junqueira, este junto com familiares e escravos entrincheirados, avisado da ação dos revoltosos, ofereceu feroz resistência armada aos invasores, que foram rechaçados, vários deles feridos, inclusive o chefe Ventura Mina.

A reação dos demais proprietários de terras da região e autoridades foi imediata. Grande efetivo repressor foi mobilizado, sendo vários insurgentes mortos no primeiro confronto, dentre eles Ventura Mina. O grupo rebelde pretendia atacar outras fazendas e cidades, inclusive Baependi. Policiamento reforçado e patrulhas coordenadas por fazendeiros por todo o território conflagrado. Proprietários de toda a região, inclusive Rio de Janeiro e São Paulo alertados, temendo-se a propagação do levante. Tensão e temor

extremos reinantes então.

Dos rebeldes de Carrancas, após capturados, 16 foram condenados à morte, executados, em espetáculo público, em 1835, no Morro da Forca em São João del Rei. Tratou-se, sem dúvida, segundo estudiosos, de um movimento articulado, com o envolvimento e participação de escravos de várias fazendas da região. Ficou confirmado, a partir dos autos e pelos depoimentos dos réus, que os escravos Roque e Jerônimo, da Fazenda da Prata, membros ativos da conspiração, eram tropeiros, realizando frequentes viagens ao Rio de Janeiro, encarregados de trazer armamentos e munição para garantir o sucesso da rebelião que tinha, ao que parece, implicações políticas.

Outros movimentos Rebeldes

REVOLTA DO ANO DA FUMAÇA

1833, em plena Regência, foi o ano também de uma Sedição Militar, denominada “Revolta do Ano da Fumaça”, quando grupos restauradores e “caramurus”, tomaram o poder em Vila Rica, depondo o presidente provincial legal, Manuel Inácio de Melo e Souza, futuro Barão de Pontal, que se achava ausente da capital. O vice-presidente, Bernardo Pereira de Vasconcelos retirou-se para Queluz (Conselheiro Lafaiete) e daí para São João del-Rei, onde instala entre os meses de Abril e Maio, provisoriamente, a Capital da Província. Os rebeldes empossaram Manoel Soares do Couto como novo presidente da Província, tomando várias medidas: libertação dos presos que defendiam a restauração (retorno) de D. Pedro I; a diminuição dos impostos, dentre eles o da aguardente; a cunhagem de moedas próprias; a suspensão da exigência do registro ou cadastramento civil e da proibição de enterros nas igrejas (assuntos que ressurgiriam, no Nordeste, já no II Império, com a revolta do “Ronco da Abelha”). Os rebeldes foram derrotados pelas tropas legalistas. Vila Rica se rendeu em 26/05, com dezenas de mortos e feridos, tendo o presidente Manuel Inácio de Melo e Souza reassumido o cargo⁽¹⁾.

O nome “Ano da fumaça”, deve-se ao fato de que o frio se mostrou intenso no período da sedição, cobrindo a Capital da Província com uma espessa neblina. A ação dos “caramurus”, na sedição de 1833, era consequência de motins anteriores na região, dentre eles o ocorrido em 18/12/1831 em Santa Rita do Turvo⁽²⁾, favoráveis à restauração do Império sob D. Pedro I e indisposição para com a alta carga fiscal. Os amotinados protestavam ainda contra várias leis lavradas pelo governo legal como a regulamentação do porte de armas, regras restritivas ao deslocamento de escravos e libertos, sendo reprimidos pelas autoridades de Vila Rica. Outro motivo aventado era o projeto de criação da Guarda Nacional por sugestão do Regente Feijó (1831) e que, segundo os amotinados, seria uma forma de ré escravização dos libertos e pardos⁽³⁾.

A “Revolta de Carrancas”, supostamente instigada por Francisco Silvério, seria uma forma de desviar o foco das autoridades que se preparavam, jurídica e militarmente, para restaurar a legalidade constitucional, desbancando os “caramurus” que tinham se aposado, à força, do poder na então Capital da Província.

NOTAS

1 – *A Revolta de Ouro Preto envolveria quase toda a Província, chegando até nossa região, às nossas comunidades. Vimos que a Capital fora transferida, provisoriamente, pelo governo legal para São João del Rei. Em “História de Oliveira”, o autor Luís Gonzaga da Fonseca faz menção à sublevação. “Quando da sedição militar de 1833, um de seus primeiros feitos (do Juiz de Paz Paulo Roiz Rocha) foi velar pela segurança de Oliveira e São João Batista (Morro do Ferro), pondo em cada uma destas povoações uma guarda avançada e vedetas no Lambari por ser o extremo do Termo” (pág. 389) (Vedeta – guarda avançada; vigia que se posta em pontos altos)*

2 – *Os revoltosos de Santa Rita do Turvo, liderados pelo português Manoel José Esteves Lima e pelo Cel. João Luciano de Souza Guerra, planejavam marchar sobre Mariana à época do Natal (1831), “onde se*

Um fazendeiro branco, Francisco Silvério, do Partido Caramuru, com propriedades em Campanha, provavelmente por motivos políticos e pessoais (era adversário do Dep. Gabriel Junqueira), foi acusado de ser o incitador do movimento escravo, sendo, todavia, após quase anos de prisão preventiva, absolvido. Achando-se a Guarda Nacional mobilizada para combater os revoltosos de Vila Rica (Ver matéria abaixo “Revolta do Ano da Fumaça”), disto se aproveitaram os escravos rebeldes, açulados por Francisco Silvério, em seus planos de “vencerem os brancos e tornarem-se senhores de terrenos e riqueza” (Marcos Ferreira de Andrade, in “Rebeldia e Resistência – as revoltas escravas na Província de Minas Gerais (1831-1840)”, Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, 1996).

acharão mel mais grosso, pois aí haviam mulheres abelhas”, conforme se lê nos autos instaurados pelas autoridades da época para se apurar os acontecimentos.

O tema, por si emblemático, dos “meles produzidos pelas mulheres abelhas” é proveniente do candomblé, rito religioso negro com batuque e dança, sabendo-se que muitos escravos e libertos, temendo serem ré escravizados ou incorporados à Guarda Nacional, recém criada, acabaram envolvidos com o movimento rebelde que pregava a Restauração de D. Pedro I ao trono, para tal cooptados pelos “caramurus”, sob a promessa de liberdade.

Nesses rituais, a cabacinha com cachaça, quando passa de mão em mão para o consumo coletivo, se faz acompanhar dos versos cantados “Que abelha tão brava / que mel tão doce”

3 – *Com a abdicação de D. Pedro I, em 1831, que retornou a Portugal, e sendo menor o príncipe herdeiro futuro D. Pedro II, o País passou a ser governado por Regências. 1ª – Regência Trina Provisória, de abril a Julho de 1831. 2ª – Regência Trina Permanente – de 1831 a 1835, tendo, a partir de 1834 até 1837, como regente único o Pe. Diogo Antônio Feijó, do Partido Moderado. Foi substituído pelo Senador Pedro Araújo Lima, rico latifundiário nordestino, do Partido Conservador, que permaneceu no cargo até 1840. 3ª – Com a maioria de D. Pedro II, então com 16 anos, votada pelo Parlamento em Abril de 1840 – na verdade um golpe contra o sistema de Regência, liderado pelo Partido Liberal – seria implantado o 2º Reinado. A alegação ou acusação dos golpistas, defensores da Maioridade, era de que as Regências promoviam a instabilidade política, social e territorial do País, então sacudido por várias revoltas (Cabanagem, Farrapos etc.).*

PARTIDOS POLÍTICOS DA ÉPOCA

No período pós abdicação de D. Pedro I, atuaram três partidos:

I – O Partido Restaurador, conhecido como Partido Luso-Português ou ainda “Caramuru” e ainda pejorativamente de “corcundas” – tinha como objetivo principal articular o retorno de D. Pedro I ao trono imperial, mediante um regime centralizador e absolutista. Seu principal líder era José Bonifácio de Andrada e Silva.

II – O Partido Moderador ou “Chimango” (ou ainda “Bloco de Coimbra” ou “chapéus redondos”) representava os interesses dos latifundiários. Defensores da escravidão, da monarquia liberal, da preservação da unidade territorial e ampliação da autonomia das províncias. Seus principais líderes eram o Pe. Diogo Antônio Feijó, Evaristo da Veiga, Honório Hermeto Carneiro Leão e Bernardo Pereira de Vasconcelos.

III – Havia ainda o Partido Exaltado ou “Farroupilha” ou “Nativista”, que representava os interesses das camadas urbanas. Defendiam a ampla descentralização do Poder, a autonomia das províncias, a instauração do sistema federalista e a implantação da República. Seus principais líderes foram Borges da Fonseca, Lélis Augusto May, José Bento Leite Ferreira de Melo e Cipriano Barata.

A morte precoce de D. Pedro I em 1834 viria desarticular e dissolver o Partido Português ou Caramuru. O País ficaria então com dois novos partidos: O Conservador e o Liberal.

Outros movimentos Rebeldes

IMAGEM INTERNETE/DIVULGAÇÃO



A OUTRA FACE DE D. PEDRO I

Segundo o historiador Paulo Rizzutti, profundo estudioso e conhecedor da vida de D. Pedro I, a imagem geralmente distorcida, a má fama de nosso primeiro Imperador (farrista, perdulário, licencioso), foi criada e espalhada por políticos de má índole, após sua abdicação em 1831, que temiam a sua volta ao Brasil.

De acordo com Rizzutti, D. Pedro I, embora contraditório quanto à sua pecha de “conquistador”, foi grande estadista, político hábil, austero no tocante às finanças públicas, apaixonado pelo Brasil. Sempre preocupado com a educação e o bem estar dos filhos, de quem sempre esteve separado (à

exceção da filha mais velha, a princesa Maria Amélia, que o acompanhou a Portugal), não mais os reencontrando, motivo de grande dor para ele e filhos que ficaram no Brasil, conforme se deduz das cartas entre si.

Acusações ainda de maus tratos à Imperatriz D. Leopoldina, largamente divulgados através do tempo, são comprovadamente inverídicos. A informação de que teria empurrado a Imperatriz, escada abaixo, provocando-lhe a fratura de um dos fêmures, foi descartada recentemente, com a exumação de seu corpo (2013).

(Fonte: “D. Pedro – a história não contada – o homem revelado por cartas e documentos inéditos” Ed. Leya)

A REVOLTA DO ‘RONCO DA ABELHA’

Movimento popular armado, também conhecido com o “Ronco dos Marimbondos”, ocorrido entre Dezembro de 1851 e Fevereiro de 1852, envolvendo várias vilas e cidades de Províncias do Nordeste (Pernambuco, Alagoas, Ceará, Paraíba, Sergipe), região de economia açucareira, então empobrecida e atrasada em relação ao Sudeste e Sul do País.

A Revolta era contra a execução dos Decretos Imperiais de 18/06/1851 – o de nº 797 que instituía o Censo Geral do Império e o de nº 798 que instituía o Registro Civil de Nascimentos e Óbitos, a serem implantados a partir de Janeiro de 1852 com o arrolamento de toda a população. Ou seja, era uma sedição contra os projetos do Governo Imperial em modernizar o País. Espalhou-se rapidamente junto à população que o objetivo real do Governo era reduzir os cidadãos pobres, incluindo brancos, à condição de escravos. Segundo estudiosos, porém, a real intenção do Estado era colher dados de cálculo da população, com o objetivo de sistematizar o recrutamento de homens para o serviço militar.

O nome “Ronco da abelha” derivou do fato de que, durante a revolta, nos dias das feiras, havia muito burburinho entre a população. Quando se perguntava o porquê de tantos comentários e boatos, as vozes mais precavidias diziam que aquilo era apenas o “ronco da abelha”.

À época, a mão de obra escrava achava-se reduzida no Nordeste, pois a crise nos canaviais levava os proprietários a venderem grande parte de seus escravos para o Sul, onde prosperavam as lavouras de café. Além do mais, a Lei Euzébio de Queiroz, de 1850, proibindo a importação e tráfico de escravos, achava-se em vigor, levando os moradores, em grande parte mulheres e crianças, munidos de espingardas, facões, enxadas, a atacarem prédios e autoridades públicas, a arrancarem os editais censitários afixados nas igrejas, gerando-se uma baderna generalizada. O movimento fugira de controle, levando o Governo a agir, mobilizando Polícia e Guarda Nacional, e assim reprimindo os revoltosos.

O Governo acabou por suspender os decretos, adiando a realização do Censo Geral para mais 20 anos e o Registro Civil só viria a ser implantado com o advento da República.

NOTA – Em nosso meio, ocorreram, igualmente, resistências e consistentes manifestações contra chamada “conscrição militar” ou “lei do sorteio”, na década de 1910. Sabe-se da invasão de cartórios e sacristias por populares a fim de esconder e mesmo destruir certidões (nascimento, batismo) utilizadas pelas juntas itinerantes de recrutamento (Há informações orais de que até livros inteiros de registros sumiram de cartórios ou das igrejas, à época) A população nunca assimilou a obrigatoriedade do serviço militar, mormente de jovens retirados da lavoura, das fábricas. Sinal, como de sempre, de descrédito das autoridades e do Poder Público! Ver matéria “Serviço militar obrigatório” em nosso boletim nº 98, mês novembro 2015.

Tempos da Trilha de Goiás A FORÇA DA COOPERAÇÃO

O Sr. Job Rodrigues Viana, de saudosa memória, certa vez, narrou-nos um “causo”, no qual se aliam, indissolúvelmente, relatos da história local e a prática da cooperação. Uma magnífica alegoria, na verdade.

Eis o relato: nossa cidade, em tempos idos, era passagem e bifurcação de inúmeros caminhos – Estrada Real, Trilha de Goiás, Caminho de Cima – por onde transitavam, diuturnamente, vastos contingentes de pessoas, rumo aos sertões, a Vila Rica, sul da Província e litoral. Um leva-e-traz interminável de viajantes, boiadas, comboios, cavaleiros, andarilhos...

No período das chuvas, os rios transbordavam, dificultando ou mesmo impedindo o trânsito das caravanas e viajantes, em especial os que se deslocavam sós (o que era uma temeridade) ou em pequenos grupos. Uma das passagens obrigatórias, entre nós, era o Rio Sujo, nos arredores da cidade, que, à altura do local “Estiva”, se espraiava, alagando extensas áreas. O leito do rio e margens eram de matéria lodosa, barro aderente, formando

atoleiros e lezírias que tornavam praticamente intransponíveis vários trechos, não permitindo sequer, por vezes, chegar-se ao arraial ou dar-se sequência à jornada.

Nesse cenário de aguaceiros, enchentes, lodaçais extensos, impossibilitados de prosseguir viagem à altura da “Estiva”, encontram-se casualmente três viajantes. Estadia forçada enquanto a água não baixasse. Não se conheciam. Premidos pelo cansaço, fome, os três, após as forçadas apresentações, quicá desconfianças, entendem necessário somarem forças, a fim de melhorarem ali suas condições de sobrevivência. Solidários, após se acomodarem no tosco rancho, um tijupá ali existente utilizado pelos viandantes, dividem, entre si, os seus viveres e farnéis de viagem e traçam tarefas definidas. Um cuida de caçar e pescar; outro cuida da cozinha, utilizando-se inclusive de ervas comestíveis ali, à volta, encontradas; o terceiro de cuidar e alimentar as mulas de viagem. Com a chegada de mais pessoas em trânsito, conseguem, após ingentes esforços, com ajuda mútua, atravessarem o rio e seguirem curso.

- “Vitória da união, da cooperação!” exclamava o sr. Job, com aquele seu característico brilho nos olhos e longo, caloroso aperto de mão...



Ritos fúnebres interioranos

Uma pessoa que muito nos é grada e compartilha sua presença cristã nos velórios, apoiando às famílias enlutadas, estimulou-nos – ou melhor espicaçou-nos a curiosidade - sobre certos costumes e ritos fúnebres encontrados em nosso meio. Assim o hábito, comuníssimo no interior, de se varrer e até mesmo lavar a casa, após a saída do corpo e de as pessoas se higienizarem ao voltar do enterro. Fomos pesquisar e segundo estudiosos, trata-se aí de uma influência judaica, em particular adotadas no Brasil pelos “bney anussim” (cristãos novos) no Brasil Colonial.

Judeus portugueses e mesmo espanhóis, entre os séculos XVI e XVIII, foram forçados pela Inquisição a se converter ao catolicismo. Eram levados à força às piás batismais, muitos puxados pela barba e severamente maltratados. Apesar de se “converterem”, muitos mantinham as práticas judaicas em segredo e eram denominados pejorativamente pelos inquisidores e a própria sociedade de “marranos” (porcos). Milhares foram perseguidos, esbulhados, expatriados, violentados, quando não levados às masmorras e fogueiras.

Dos portugueses que chegaram ao Brasil nos primeiros séculos, em considerável número, um terço, aproximadamente, era de judeus “convertidos” – daí o grande número de brasileiros descendentes diretos ou indiretos de judeus (aqui se rebatizavam adotando nomes geralmente de árvores, animais etc.)

As famílias brasileiras, de descendência ou influência judia, conservaram, dessa forma, inúmeros costumes, tradições e práticas que foram esquecidas quanto à sua origem ou se mesclaram, no decorrer

dos tempos, aos hábitos, ao sincretismo do povo brasileiro.

São vários os rituais e práxis de purificação nos casos de morte, ocorrentes em nossa cultura: o de se jogar fora e esgotar toda a água contida em potes, moringas, filtros, talhas, cântaros da casa à saída do defunto; o de se cobrir os espelhos da casa. Tem tais hábitos ou credenças (de origem judaica, ainda que aculturados) o sentido de depuração, havendo familiares que queimam objetos pessoais do morto, como uma forma de desconectar, exorcizar a morte daquele local.

ALGUNS OUTROS RITOS, IGUALMENTE, DE INFLUÊNCIA JUDAICA:

- Colocar uma cabeça de galo em cima da porta onde se vai dar o nascimento de uma criança; e ainda de se manter uma vela ou lamparina acesas no quarto onde se realizará o parto;
- O hábito da mulher parturiente permanecer em repouso e afastada das pessoas por um período de 30 dias e da alimentação à base de frango (canja de galinha)
- Lançar uma moeda na primeira água de banho do bebê
- Batizar a criança no 8º dia de nascido
- A prática do jejum dos noivos e padrinhos no dia do casamento
- O hábito (proibição) de não se comer carne vermelha ou com sangue e a total restrição à carne de porco, em alguns períodos do ano (ex. Páscoa)
- O costume, muito difundido no interior, de derramar um pouco de bebida e/ou de comida para o “santo”
- A existência de gavetas na mesa do jantar onde se (possa) esconder a comida, no caso de se chegar alguma visita inesperada
- Às 6^{as} feiras: limpar a casa durante o dia e à noite acender velas, promover reuniões familiares etc
- Proferir expressões como: “Sábado é dia de glória” ou “Deus te crie” (Hayim Tovim) quando alguém espirra.
- Ao abençoar-se um filho, neto, sobrinho, afilhado, o costume de fazê-lo, apóndose a mão sobre a cabeça da pessoa a que se abençoa
- O costume de varrer o chão longe da porta, varrer a casa de fora para dentro, com a crença de que se o contrário for feito, as visitas não voltam mais
- A crença de que apontar estrelas fazia nascer verrugas nos dedos
- Entrar e sair pela mesma porta

Estudiosos como Câmara Cascudo em sua obra “Mouros, franceses e judeus – três presenças no Brasil”, Ed. Perspectiva, 1984 aborda o chamado “mental coletivo brasileiro”, aí incluindo a “religião de fachada” ou “de verniz” expressa em alguns clérigos e um grande número de fiéis ou seja uma fé “mecânica”, “pro forma”, o que configura igualmente influência judaica (os “cristãos novos” tinham um comportamento religioso “acomodado”, apenas para fins sociais, ao longo do período colonial)

Trata-se de tema intrigante, merecedor de maiores estudos, quando não observações, introspecções, porquanto em nossos comportamentos, superstições, quiçá aparentes credenças, traímos, exibimos nossas origens étnicas, religiosas, culturais...

O Ritual das Condolências

Um das mais antigas tradições sociais e religiosas, em especial entre os povos latinos, é a do “Pêsames” ou “Condolências”, expressas a alguém ferido, tocado pela dor, luto, por tragédias, em que se congregam solidariedade, amor, pesar, comiseração. Pessoas que se aproximam, se reúnem, de forma a consolarem, não deixarem sozinhas, desalentadas as almas ou famílias em turvo sofrimento.

Esse ritual é seguido, observado de forma marcante, em muitos lugares, ao ensejo da Sexta Feira da Paixão, em que se celebram a tortura, via crucis e morte de Jesus. Geralmente, a imagem de Nossa Senhora é descida de seu nicho, no altar e colocada ao rés ou patamar do chão, na altura da nave do templo, a fim de ser consolada e, concomitantemente, ela, em sua augusta bondade, abençoar a todos os seus filhos penitentes. São palavras da mais genuína dor, desdobradas através dos séculos, mas igualmente de reconforto, afeição, exaltação, glorificação.

Havia o costume dos fiéis ornarem os ombros de Nossa Senhora com xales ou mantilhas, apostas sobre a sua cabeça lassa, as franjas descendo-lhe o rosto vincado, transfigurado de dor. Uma forma singular, singela, a aquecê-la ou conceder-lhe privacidade para chorar a morte do Filho Misericordioso, em agonia, no alto do pesado madeiro, após cruelmente ultrajado, torturado, pregado à cruz. Igualmente uma reverência à Senhora Mãe que concebeu Seu Filho numa estrebaria, em noite fria; que com Ele fugiu, às pressas, também numa noite gélida, para evitar fosse massacrado por Herodes. E ei-Lo agora imolado, exposto em intensa agonia e ela,

impotente, aos seus pés, em fervor ante o Filho, o Amor Ilimitado, que se prepara para tornar ao seio do Pai!

O tocante Ritual de Condolências, do pesar, nos aproximam de Maria – a monta da guarda, da vigília maternal, o aconchego ao coração ferido, dilacerado de Mãe e que é, no fundo, a história das mães terrenas, em todas as eras e rincões, de toda a humanidade sofredora, em transe e trânsito para a Vida Maior. Assim, fiéis de todas as classes e profissões, se inclinam ante a Mãe – homens, mulheres, crianças, idosos, jovens, lavradores, artesãos, mecânicos, operários, empresários ali realizam suas vigílias, se perfilam, se comprimem nos bancos da igreja.

Há os que lhe trazem flores, musgos, terços, oferendas várias, os que se emocionam e choram... Os que a tocam, com toda honra e louvor – a testa, os cabelos, as mãos, o coração, sussurram-lhe, confortam-na, fazem-lhe confidências... E a Senhora se queda, em sua intensa dor, dor compartilhada, dor multiplicada ante um mundo ainda de exclusão, de seduções, loucuras, ganâncias pelo ter e pelo poder. Todos ali, no intimo, porém, pedem e aguardam a ressurreição, o renascimento, restauração, a sagração da terra, a remissão de todos nós, ainda e em meio à desolação do gólgota humano.

O coração incandescente de Maria Mãe nos estimula a sermos seus leais seguidores, ajudando, orientando, confortando, servindo, velando, acolhendo o próximo; a sermos humanitários, criativos, receptivos, cuidadores, vendo Seu Filho em cada um dos pequeninos, dos necessitados, dos fragilizados, dos espezinhadados caminhantes deste mundo. Pois este é o pacto firmado entre Nossa Senhora em honra a Seu Filho e a humanidade em todos os tempos.



Mercês de Água Limpa

O Distrito de Mercês de Água Limpa surgiu no séc. XIX, a partir de uma “capelinha” ou cruzeiro edificada por moradores (escravos fugidos, segundo alguns) com culto a Nossa Senhora. O povoamento da região foi feito por fazendeiros, mineradores, escravos, colonos, havendo referências orais a um quilombo, onde é hoje o povoado do Capão das Flores.

Com o passar do tempo e o fluxo crescente de moradores, o local tornou-se um núcleo populacional. Grande parte das terras do hoje Distrito, pertenceram, no passado, a José Joaquim de Andrade Reis e Maria Umbelina Cândida de Andrade, Barão e Baronesa de Ponte Nova (mais conhecidos como Barão e Baronesa de Coqueiros)

Detém uma forte tradição agropecuária, com explorações de café, milho, cana, mandioca, gado de leite e corte, agronegócios (alambiques e destilarias com produção de cachaça em especial de fama nacional, como “Espírito de Minas”, “Andirá”)

Célebre também por suas riquezas minerais e jazidas, com a extração oficial por parte de grandes empresas, de cassiterita, djalmaita, tantalita, gerando emprego e renda para os residentes e trabalhadores oriundos de outras plagas. Fala-se em exploração, em pequena escala, ainda de minerais radioativos, como o nióbio.

O nome “Mercês de Água Limpa”, segundo a tradição, se deve a uma locução de D. Silvério Gomes Pimenta, Bispo de Mariana, que, em visita pastoral à região, por volta de 1890, no dia 24 de Setembro, aproximando-se daquela povoação, ao atravessar o Córrego dos Potreiros, abaixando-se o seu cavalo para dessedentar-se, o Bispo surpreendeu-se com a limpidez e a cristalinidade da água, exclamando:

- Terra de Nossa Senhora das Mercês de Água Limpa!

Mercês de Água Limpa foi elevada à condição de Distrito (vin-

culado ao Município de São Tiago) pela Lei Mineira nº 1039, de 12/12/1953 e cuja instalação oficial se deu em 29/04/1962 através do Decreto Estadual nº 6499, de 08/02/1962.

As suas delimitações territoriais – urbana e suburbana – foram definidas pela Lei Municipal nº 294, de 26/04/1963 e re/ratificadas pela Lei Estadual nº 2783 publicada no “Minas Gerais” de 06/01/1963.

O Dia do Distrito é comemorado todo dia 25/09 (um dia após as comemorações da Padroeira Nossa Senhora das Mercês) por força da Lei Municipal nº 1915, de 13/09/2005.

A Paróquia de Mercês de Água Limpa foi criada pelo Decreto nº 04, de 25/05/1947, da Diocese de Oliveira.

A primeira Igreja Matriz foi inaugurada em 24/09/1891, sendo pároco o Pe. Júlio José Ferreira.

O distrito de Mercês de Água Limpa ocupa um considerável espaço geográfico, incluindo – além da sede – inúmeros povoados adjacentes: Cajengá, Germinal, Capão das Flores, e dezenas de propriedades rurais de médio e pequeno porte.

Região de vasto potencial econômico, terras férteis, banhadas por vários cursos d’água, envolvendo setores diversificados como agricultura, pecuária, agroindústrias, minerações.

Comunidade que registra notável marca na área da educação, onde o interesse pelo estudo é tradicional, latente entre a população, em especial os jovens. Notabiliza-se pelo excepcional número de profissionais liberais filhos da terra e que se iniciaram nas escolas públicas instaladas na comunidade. São dezenas de médicos, odontólogos, bioquímicos, professores e mesmo empresários que hoje emprestam seus talentos, em todos os cantos e setores de atividades, à população e à Nação brasileiras (redação).

"REVOLTA DOS MANGANESES"

Em nossa matéria sobre quadrilhas e bandidismo em Minas publicada na edição nº 97, Outubro/2015, subtítulo "Manifestações de malfetores em nossa região", por lapso, não registramos a chamada "Revolta dos Manganeses", nome dado a uma insurreição ocorrida no distrito de Mercês de Água Limpa, em setembro de 1918, quando das festividades em honra à padroeira Nossa Senhora das Mercês.

Liderados por um tal Erasmo Silveira, vulgo "Pernambuco", os manganeses – gente vinda de toda parte, muitos nordestinos – assim chamados por trabalharem em jazidas de exploração de manganês na localidade, promoveram distúrbios, saques, abusos diversos contra moradores, autoridades. Após depredarem Mercês de Água Limpa, os sublevados marcharam sobre Bom Sucesso, sendo inibidos ante a presença de contingentes militares deslocados de São João del Rei e Lavras. Ver matéria em nossos boletins: nº 20 mês maio/2009; nº 60 mês Setembro/2012; nº 97 mês Outubro/2015.

DR. EQUINÓCIO

Ai, pelos tempos do regime militar, ocorrera uma séria estiagem em vários pontos do País, inclusive no Estado de Minas Gerais. Um desses inúmeros órgãos federais, ligados ao problema, enviou uma circular às prefeituras – redigida, decerto, por algum burocrata pernóstico - solicitando informações sobre a seca e os efeitos da mesma após a passagem do equinócio.

O prefeito de pequena cidade, julgando ser o anúncio da presença, ali, de alguma importante autoridade e obviamente com perspectivas de algum apoio oficial, respondeu em um telegrama:

- Dr. Equinócio ainda não passou por aqui. Se chegar, será recebido como amigo, com foguetes, passeatas e festas"

(Fonte: Sérgio Porto/Stanslau Ponte Preta – "Festival de besteiras que assola o País")

Nota – Equinócio – "Ponto da órbita da Terra em que se registra uma igual duração do dia e da noite, o que sucede nos dias 21 de março e 23 de setembro" (Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa)

O E-SOCIAL

O governo brasileiro está implantando o SPEED ou E-Social, um programa público de escrituração digital de coleta de informações globalizadas - trabalhistas, fiscais, tributárias, previdenciárias e afins – que, no fundo e em sua essência, provocará impactantes mudanças culturais, pessoais e institucionais. Assim, as empresas, já a partir de 2016, terão novas fórmulas de escrituração contábil fiscal. Considerada, desde já, a mais moderna e eficaz rede fisco-tributária do mundo.

O Estado, cujo objetivo precípua é arrecadar, quase nada retornando em termos de benefícios à sociedade – disso sabemos desde o Brasil Colônia - passa a contar com, efetivamente, todos os dados do cidadão e do contribuinte, utilizando-se, para tanto, da tecnologia (chips armazenadores, onde estarão aglutinadas todas as informações sobre cartões de crédito, passaportes, documentos pessoais em geral, placas de veículos, produtos industriais etc.) Um prato cheio para os comensais vorazes sequazes do Poder. Foi criado um banco nacional de clientes – contribuintes, unificando-se todas as informações em tempo real ("em nuvem") relativas à contratação/utilização de mão de obra, com ou sem vínculos empregatícios, a intersecção de todas as repartições públicas, cartórios, instituições financeiras, cartões de crédito.

Na prática, terror psicológico, intimidatório, institucionalizado. Praticamente, a curto e médio prazos, serão extintos papéis (ex. holerites, livros fiscais, CTPS), porquanto todos os dados tornar-se-ão virtuais. O programa deverá ser implantado em 2018. O cidadão, o empresário, o trabalhador passam a ter apenas um documento base: CPF ou CNPJ, denominado pelo fisco estatal de DUG, onde estarão armazenados, em chips, todos os dados do cidadão, que passará a ser rastreável, observável pelo Estado, tal qual num espetáculo do Big Brother.

As mudanças envolverão a todos, inclusive autônomos, produtores rurais, toda e qualquer modalidade de empresa, mesmo as filantrópicas, sindicatos, associações de bairros etc.



Prevenção ante eventuais calamidades

UM ALERTA A TODOS

O recente rompimento de barragens de rejeitos de minério em Mariana trouxe, como se sabe, imensos, incalculáveis prejuízos – humanos, materiais, ambientais, culturais ao Estado e ao País. A incontrolável avalanche levou vidas, casas, arraiais, fazendas, plantações, animais, peças e monumentos históricos, em especial na região da catástrofe, ao lado dos danos ambientais e humanos em toda a bacia do Rio Doce, com consequências dramáticas para moradores, cidades, flora e fauna, ao longo do leito do rio e do litoral (Espírito Santo).

Obviamente, os culpados não aparecem. No Brasil, todos são santos. A preocupação com o ser humano, ecologia, memória, estão em 2º plano para o capitalismo extrativista. E as coisas se resumem, afinal, em devastação, poluição, lama, quanta lama...

Deficiência na manutenção?! Sobrecarga de rejeitos?! Erros estruturais?! Quais serão as causas?! Como atividades mineradoras de tamanho porte podem ser realizadas tão próximas a povoações e a santuários naturais?!

Cabe ao Poder Público fiscalizar, mapear áreas de risco, e, incluindo especialmente os Municípios, quanto ao desenvolvimento de medidas de prevenção em barragens, represas, situações de enchentes, deslizamento de terras e situações similares. Diziam os antigos: Prevenir é melhor do que remediar.

Fica o alerta, pois, também, entre nós, temos mineradoras ativas, barragens...

Questão de sobrevivência

Demandas por água, alimentos jamais pararão. Mera, vital questão de sobrevivência. São eles recursos indispensáveis, insubstituíveis. Dai a necessidade de manejo correto, o uso racional do solo, usos múltiplos e convergentes de tecnologia, investimentos, recursos humanos, planejamento, políticas sustentáveis dos recursos hídricos e naturais.

As bacias hidrográficas devem merecer tratamento especial, dada as suas paisagens e singularidades geográficas, demográficas, econômicas, humanas, sociais, ambientais, culturais. Os esforços para serem revitalizadas, recuperadas as matas ciliares, nascentes e cursos d'água protegidos, extensivos à área urbana. Projetos integrados, envolvendo parcerias público-privadas, quanto ao bom uso e a fertilidade do solo, controle da erosão e degradação, técnicas de plantio direto, cobertura e recomposição florestal, proteção da fauna e da flora, melhorias quanto à manutenção, regularização e qualidade das nascentes e rios, estradas vicinais, dentre tantas. Não chegaremos, contudo, a lugar nenhum, sem o envolvimento da comunidade, em especial do produtor rural, de cada morador. A conscientização do comportamento, da atitude harmônica de cada cidadão, no intuito de que haja equilíbrio, tanto quanto à preservação dos recursos naturais, quanto evitar-se desperdícios no consumo.

Não se trata apenas do problema hídrico. Qualidade de vida acha-se fundamentalmente interligada à qualidade do ar, do espaço, das condições de saúde, saneamento básico, segurança, acesso pleno à educação, cultura, lazer. Estudos climatológicos realizados pela Universidade Federal de Goiás mostram/demonstram que, em áreas arborizadas da capital goiana, mesmo em dias muito quentes, a temperatura chega a 32° e a umidade do ar a 40°. Já em áreas sem arborização, ruas todas asfaltadas, no mesmo horário de medição, a temperatura chega a 38° a 40° e a umidade beira os 12°.

HOMEM, inimigo da natureza

O homem é, sem dúvida, o predador maior, o inimigo número um da natureza. Um lobo de si mesmo. A degradação das matas, nascentes, cursos d'água, assoreamentos de rios, poluição são temas veiculados, há tempos, e agora cobram os efeitos e se repete no espaço urbano. Não há preocupação dos empreiteiros, autoridades e do cidadão quanto à ocupação do solo em nossas cidades. Praticamente não se reservam áreas verdes, espaços para praças, parques, áreas de lazer. Ocupa-se todo e qualquer local, inclusive brejos. Tudo é para ser construído, seja para fins residenciais ou imóveis comerciais.

Os empreiteiros são hoje, na prática, os donos e administradores das cidades. Se pudessem, não deixariam sequer ruas. (ruas com sete metros de largura, como já encontramos em nosso meio). O que prevalece, acima de tudo, é a especulação imobiliária. O Poder Público – pelo Executivo e Legislativo – precisa se posicionar, retomar as rédeas da gestão imobiliária, criando-se leis e regulamentos (ou fazendo cumprir as já existentes) que ponham fim à ganância. A população, igualmente, precisa se conscientizar, repensar sua postura, entender que precisamos de espaços públicos livres, amplas áreas de estacionamento, ruas arborizadas, jardins cuidados, nascentes urbanas protegidas.

É tempo de agir. Cobrarmos cumprimento da lei por parte das autoridades passivas, desleixadas, que fazem vista grossa ante o interesse coletivo lesado. Cobrarmos envolvimento e ação cívica de todos nós, que, no dia a dia, estamos submergidos com o trabalho, com preocupações de exagerado bem estar individual – enquanto isso, o interesse público se deteriora – corrupção assombrosa, administrações acéfalas, crises de todo tamanho (ética, ambiental, financeira etc). Fingimos não ser conosco, nos omitimos, mas, em algum momento, como agora – falta de água, energia elétrica, preços absurdos de combustíveis, sem segurança – os problemas nos batem, com toda força, à porta.

Somos responsáveis, quer como cidadãos, quer como filhos da Divindade. Os talentos estão à nossa disposição, não podem ser enterrados. Ou seja não nos cabe a omissão. Somos mordomos da Criação, operários da Vinha do Senhor e temos, dessa forma, graves responsabilidades ambientais, cuidados com o homem e a natureza, na recriação do Éden, porquanto toda a Terra, nós que a habitamos por Benevolência Superior, é propriedade do Senhor, alvo imanente de Seu Amor e Redenção.



ALGUMAS EFEMÉRIDES – 2016

- 06/03 - 50º ano de fundação da antiga Cooperativa Agropecuária São Tiago Ltda. (CASTIL);
- 08/03 - 80º ano de falecimento do Revmº Pe. José Alexandre de Mendonça, sacerdote são-tiaguense, vigário de Carmo do Cajuru entre 1889 e 1936;
- 23/03 - 150º ano de nascimento do Revmº Pe. José Alexandre de Mendonça;
- 01/06 - 250º ano de doação de terreno de cinco capões de mato feita por Domingos da Costa Afonso e sua mulher Dª Maria de Almeida e Silva à capela de São Tiago Maior e Sant'Ana para seu patrimônio. Lavratura de escritura pública no Cartório do Tabelião Antônio Francisco Pimenta, Vila de S. João Del Rei. Bens que houve em praça pública de juízo de ausentes, na arrecadação dos bens do falecido Manoel Gonçalves Maia;
- 13/06/1956 - Mons. Francisco Elói de Oliveira é elevado ao monsenhorato, na condição e honra de camareiro secreto de S.S. Papa Pio XII;
- 29/06 - 20º ano de falecimento da artista Profª Rosália Alice de Carvalho;
- 15/08 - 60º aniversário de ordenação sacerdotal do Revmº Pe. Tiago de Almeida;
- 27/08/1986 – Assembleia Geral de fundação da Cooperativa de Crédito Campos das Vertentes (SICOOB CRÉDIVERTEENTES);
- 13/09 – 100 anos de dolorosa tragédia. O fazendeiro e mercador de gado José Gabeth Júnior extermina a família, no local “Pavuna”, salvando-se apenas a esposa Dª Nhanhá;
- 27/10 - 50º ano de falecimento de Joaquim Campos Filho (“Quinzinho Cego”), virtuoso músico e artesão local;
- 27/11/1936 - Tragédia do Rio Carandaí onde jovens de nosso meio morreram;
- 29/11/1946 - Nosso ilustre conterrâneo, Dr. Augusto das Chagas Viegas assume a Secretaria das Finanças do Estado de Minas Gerais;
- 04/12 - 10º ano de falecimento de Pascoal Caputo Neto;
- 16/12/1896 - Condenado a 16 anos e 4 meses de prisão o réu Domingos Caputo acusado de assassinato de Antônio Xavier das Chagas Viegas, pai dos renomados são-tiaguenses Dr. Augusto, Dr. José, Dr. Henrique e Dr. Antônio das Chagas Viegas;
- 25/12/1917 - Constituição da comissão para construção da escola pública em São Tiago (atual E.E. “Afonso Pena Junior”).

FOTO INTERNETE/DIVULGAÇÃO



O uso do dicionário na escola

Pergunta: Como desmistificar, tornar aprazível a relação educando – e extensivamente do professor e da escola, envolvendo todos as disciplinas e conteúdos ministrados – com o dicionário?

R. O dicionário deve ser incluído como um instrumento natural, constante, diário na vida escolar, tal qual qualquer outro livro ou objeto de uso didático. Para tal a família deve ser/estar igualmente envolvida, assim que a criança tenha domínio alfabético. Instituições religiosas frequentadas pelas crianças e que desenvolvem trabalhos de catequese/ evangelização poderiam ser igualmente contactadas a esse respeito.

Algumas estratégias devem ser estimuladas/incrementadas:

I – O uso universalizado de (mini)dicionários escolares ilustrados e de manuseio agradável pela criança, e a sua utilização de forma cotidiana e sistematizada. em todos os conteúdos curriculares

II – Estimulo à procura, investigação e descoberta de palavras no dicionário, iniciando-se pelas de uso mais comuns e ir graduando o sistema de consulta, inclusive nos seus aspectos fonéticos, gráficos,

polissêmicos, etc. O professor deve trabalhar bem o alfabeto, elaborar um dicionário da classe (nomes dos colegas, dos móveis da sala, palavras indicadas pelo professor etc) Em suma, uma adaptação prática à pedagogia de Paulo Freire que preconiza a utilização de palavras de uso habitual e a nível familiar-cultural do educando e de seu meio.

Familiaridade, ainda, da criança com abreviaturas, “cabeços”, verbetes, variações dos grafemas, pronuncia correta das palavras, inclusive formas flexionadas etc.

III – A utilização de recursos lúdicos, como caça palavras; listas de palavras dentro de uma categoria semântica – lista de objetos escolares; ordem alfabética dos nomes dos alunos da sala, de bichos de estimação, de animais domésticos, etc; ordenação de palavras de uma mesma família semântica (ex. café, cafezal.../ bola, bolinha, bolada...); a exploração ampla das palavras nos livros de literatura infantil, etc.

IV – O envolvimento de disciplinas como Educação Física e Educação Artística (trabalho com letras de cantigas de roda e/ou folclóricas, folguedos infantis que envolvem danças, coreografias, etc) Os professores dispõem, concomitantemente, de criatividade, estratégias que permitem enriquecer o acervo léxico das crianças, tornando mais familiar e dessacralizada a utilização do dicionário, desde os primeiros momentos da vida escolar.

PAULO FREIRE, Pensador Revolucionário

Paulo Freire é, sobretudo, um pensador revolucionário, inigualável filósofo da educação contemporânea. As bases de seu pensamento filosófico-pedagógico, essencialmente humanistas, pluralistas, se assentam, enfatizam o aluno como sujeito ativo, agente fundamental da construção do conhecimento e cujo uso ou aplicação deve ser internalizado/assimilado, a partir das habilidades, potencialidades, competências do educando. Segundo Paulo Freire, o educando traz, em sua bagagem, concepções e conhecimentos prévios do universo circundante, de suas vivências e experiências da realidade social, de uma profundidade, fecundidade, universalidade inata a serem trabalhadas.

Suas ideias se aplicam, mais do que nunca, ante um mundo de surpreendentes mudanças, de desestruturação de sistemas políticos e econômicos, de novos processos socioculturais, de diferenciações comportamentais e relacionais, de alterações climático-ambientais, de uma efervescente revolução tecnológica, cibernética e cultural.

Freire questiona o processo de conhecimento hegemônico, meramente reproduzido, via currículos e conteúdos programáticos, consoante as estratégias de poder ou de conceituação estatal, cujo autoritarismo, centralismo e dirigismo ideológicos são historicamente perversos. A educação estatal impõe submissão, passividade, ortodoxia, inibindo a ação plasmadora do educador, levando o educando apenas à absorção de conteúdos expositivos, quando não manipulados.

O aprendizado é produção de significados, é exercício da liberdade de pensar, do compartilhamento, precedência e leitura do mundo, da decodificação da sociedade em que se vive, sendo ilusão o conceito de que somos tabula rasa, uma lousa vazia a ser preenchida por conteúdos mecanicistas, estatistas. Uma experiência fusionada aos ingredientes do saber!

O sistema educacional proposto por Freire – na verdade, uma nova pedagogia recreativa, reflexiva – é, em si, desafiadora, inovadora, perturbadora, na medida em que o educador torna-se mediador, canal de debates e o aluno um coparticipante interativo, elaborador, construtor, contextualizador do conhecimento. O educador terá uma atuação democrática, progressista, senão libertária, transcendental, vendo o aluno como detentor, sujeito-agente de um conhecimento a ser consolidado, aprimorado, consorciado, transformador. A intervenção pedagógica deve ser de mutualidade, permuta de saber, de ampliação, universalização e democratização do conhecimento, de forma sistematizada, ressignificante, intersubjetiva, crítica, sem deixar de ser prazerosa, respeitosa, criativa, congraçadora.

Final, enfatiza o filósofo-educador: “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam, entre si, mediatizados pelo mundo”.

O FLAGRA

Morava na periferia da cidade. Em uma das ruas do “fundo”, como se dizia. Casa singela, confortável, aprazível dentro da sua “condição de pobre”. O pequeno quintal confrontava-se com o córrego. Um misto de pântano e Sarandi, tornava o local pouco acessível, quase indepassado. O que não impedia o trânsito furtivo ou sorrateiro, à mineira, de alguém “manso”, “come quieto”, “comedor de sopa pelas beiradas” ou mesmo “de lambuzada”... Fartura na cozinha e na despensa, provinda das lavouras de meia que plantava.

Filho e neto de lavradores, sempre trabalhara no campo, saindo ao raiar do dia, as últimas estrelas do alvorecer se despedindo. Não se preocupava, por demais, porquanto os sogros moravam em casa próxima. Retornava à tardinha, já escurecendo. Ao chegar, a casa arrumada, a esposa jovial, faceira, ajazada, frescores inebriantes de jasmim.. Jardim bem cuidado, florido, rosas e crisântemos...

Preparava-lhe diariamente a marmita, que era acondicionada no bernal ou bruaca, juntamente aos utensílios indispensáveis – isqueiro, canivete, talheres, alguma roupa de troca. Homem de temperamento simples, pacífico, uma imagem de singeleza até. Sem arengas e pendengas. Dava-se bem com toda a vizinhança, embora percebesse, às vezes, um riso a relampejar, a se desprender do canto da boca de algum morador e que o deixava reticente, súbita cócega a percorrer-lhe a testa. Seria um mero gesto de familiaridade e cortesia? Uma expressão de oculta solidariedade? Um ar de mofa? – não sabia explicar bem...

Naquele dia, o fazendeiro em cuja propriedade trabalhava, o chamara para acompanhá-lo até a cidade. Uma circunstância emergencial. Buscar uma carga de adubo. Aí estando, resolvera dar uma esticada rápida em casa. Coisa de dois minutos, dissera ao patrão.

Meio dia e mais. O sol já avançando os primeiros passos da tarde. Casa fechada pela frente e lados. A esposa, decerto, teria saído... Sensação incômoda. Atravessa, silencioso, o jardim, contorna a cerca lateral. Dois vizinhos conversavam, um pouco distanciados, na rua próxima. Abre a porta da cozinha, utilizando-se do “segredo” da aldrava, de conhecimento somente dele e da esposa.. Ninguém na cozinha ou copa. Pés de felino, ouvidos aguçados. Sussurros espaçados, sons camuflados vindos do quarto do casal. Vozes de mulher e de ...homem! Observa melhor o cenário. O banheiro contíguo ao quarto com sinais de ter sido utilizado, há pouco. E lá estavam roupas masculinas diferentes, desconhecidas para ele e peças de lingerie que reconheceu ser da esposa.

Pé sobre pé, matreiro, retorna à rua. Os dois vizinhos proseavam ainda à larga. Esgueira-se em direção à casa dos sogros. Encontra-os no alpendre. Chama-os com um movimento, a mão em concha e com um sinal simultâneo de silêncio, levando o dedo indicador à boca. Expõe-lhes à meia voz, o que lhe parece estar sucedendo: possibilidade de ladrões ou intrusos em sua casa.. Chama-os para acompanhá-lo. Adentram novamente a residência pelos fundos, no mais monástico mutismo.

Um golpe com os pés. Fechadura arrombada, o quarto devassado. O casal desnudo, pego em flagrante. Justo na hora em que, como diz o vulgo, estavam amansando bombрил, baratinha no espeto, ganso nadando, afogando solto na lagoa, dando lá suas deleitosas nicadas, a hora do “sapeca iaiá”... Barraca armada.

A esposa, confusa, em pelo, se refugia num canto do quarto, agarrada ao lençol. O homem, um cidadão já maduro, morador na parte alta da cidade, pessoa temida - que sabia lá “mexer os pauzinhos”, dono de sortilégios e bruxedos, de berliques e berloques, assim dizia-se - busca igualmente se cobrir. Tenta se justificar ante o marido enganado e os pais da mulher:

-aconteceu... já não aguentava mais as investidas de sua mulher e de sua filha... queiram me desculpar...

O lavrador, ante o ultraje e a situação terrivelmente constrangedora, tem uma atitude inusitada. Nenhuma reação brusca. Age como um monge zen. Ordena ao conquistador e ainda à esposa chorosa que se vistam, atirando-lhes as roupas. Os pais da esposa, em estado de choque.

Dirige-se ao intruso: - agora, você se retire de minha casa!

Este ainda tenta alguma explicação, mas é interrompido enfaticamente pelo dono da casa:

-Nenhuma palavra!... Nada a dizer!... Do contrário o sr. sai daqui direto para o caixão!

Com fleugma e ironia, persistiu o marido:

-Vocês se merecem e vejo até que formam um belo par! Daí, a minha até então mulher passar a novas e melhores mãos! Desejo-lhe bom proveito!...

Retirado o comborça da residência, o lavrador colocou os sogros, transtornados, a par da sua decisão de separar-se, entregando-lhes a filha. Procedeu a seguir, nas horas e dias seguintes, as devidas providências legais junto às autoridades competentes.

Resolvera assim sem crime, sem brigas e agressões, sem maiores escândalos, inteligentemente, uma situação, por muitos deliberada na base do tiro, do sangue, do “crime de honra”, que enchem as páginas policiais de nossos jornais e os tribunais.